

Às margens das monoculturas: a diversidade biocultural das paisagens do Baixo Sul, Bahia

Marta Raquel da Silva Alves

¡DALE! / FAUFBA

Erivan de Jesus Santos Junior

FAUFBA

Às margens das monoculturas: a diversidade biocultural das paisagens do Baixo Sul, Bahia

Resumo

O artigo apresenta os caminhos realizados para a construção de um inventário de referências culturais e paisagísticas no território do Baixo Sul, no estado da Bahia. As dificuldades enfrentadas para realização da pesquisa, diante da pandemia, alçaram a memória e a ancestralidade como guias na busca, entre as frestas da história oficial, por vestígios da contribuição nas paisagens de povos submetidos ao silenciamento e apagamento de sua existência, suas práticas e seus conhecimentos. As histórias e as narrativas desveladas nos relatos associadas às análises das paisagens, nosso corpo de estudo, reconhecem a participação e a cooperação de diferentes agências. O artigo busca apresentar a diversidade de comunidades que habitam o Baixo Sul, a forma como se relacionam com o ambiente e como construíram, ao longo de anos, suas sociabilidades, em cujas águas são importante elemento de comunicação e propulsoras de vidas. Além disso, um breve resgate histórico das etnias indígenas contribuiu para reafirmar sua participação na formação do território, presente na ancestralidade das pessoas que o habitam, na língua, na etimologia de lugares e na continuidade de práticas e conhecimentos visível nas paisagens. Conjuntamente, a herança cultural dos povos afrodiáporicos e seus conhecimentos ancestrais de tecnologias agrícolas, com domesticação de espécies vegetais e manejo de águas e solos, contribuíram para a diversidade biocultural. Nesse universo de cooperação e coexistência que alimenta essas paisagens se juntaram outros agentes, como plantas, macacos e aves, entre outras existências que produzem histórias e paisagens de sobrevivência às margens de plantations e monoculturas de pensamento.

Palavras-chave: paisagens, biodiversidade, comunidades tradicionais, diversidade biocultural.

Al margen de los monocultivos: la diversidad biocultural de los paisajes de Baixo Sul-BA

Resumen

El artículo presenta los caminos tomados para construir un inventario de referencias culturales y paisajísticas en el territorio del Baixo Sul, en el estado brasileño de Bahía. Las dificultades enfrentadas para realizar la investigación ante la pandemia plantearon la memoria y la ascendencia como guías en la búsqueda, entre grietas de la historia oficial, por vestigios del aporte en los paisajes de los pueblos, sometidos al silenciamiento y borramiento de su existencia, sus prácticas y sus saberes. Las historias y narrativas develadas en los relatos asociados al análisis de paisajes, nuestro campo de estudio, reconocen la participación y cooperación de diferentes agencias. El artículo busca presentar la diversidad de comunidades que habitan el Baixo Sul, la manera en que se relacionan con el medio ambiente y cómo han construido su sociabilidad a lo largo de los años, en la cual el agua es un elemento importante de comunicación e impulso de la vida. Además, una breve reseña histórica de las etnias indígenas contribuyó a reafirmar su participación en la formación del territorio, presente en la ascendencia de las personas que lo habitan, la lengua, la etimología de los lugares y la continuidad de prácticas y conocimiento visible en los paisajes. Juntos, la herencia cultural de los pueblos afrodiapóricos y su conocimiento ancestral de las tecnologías agrícolas con la domesticación de especies de plantas y la gestión del agua y el suelo contribuyeron a la diversidad biocultural. En este universo de cooperación y convivencia que alimenta estos paisajes, se han sumado otros agentes, como plantas, monos, aves, entre otras existencias, que producen historias y paisajes de supervivencia al margen de plantaciones y monocultivos de pensamiento.

Palabras clave: paisajes, biodiversidad, comunidades tradicionales, diversidad biocultural.

On the margins of monocultures: the biocultural diversity of the landscapes of Baixo Sul, Bahia

Abstract

The article presents the paths taken to build an inventory of cultural and landscape references in the Baixo Sul territory, in Bahia, Brazil. The difficulties faced in carrying out the research in the face of the pandemic raised memory and ancestry as guides in the search, between cracks in official history, by vestiges of the contribution in the landscapes of peoples, submitted to the silencing and erasure of their existence, practices and knowledge. The stories and narratives unveiled in the reports associated with the analysis of landscapes, our body of study, recognize the participation and cooperation of different agencies. The article seeks to present the diversity of communities that inhabit the Baixo Sul, the way they relate to the environment and how they have built their sociability over the years, where water is an important element of communication and propelling life. In addition, a brief historical review of indigenous ethnic groups contributed to reaffirm their participation in the formation of the territory, present in the ancestry of the people who inhabit it, in the language, in the etymology of places and in the continuity of practices and knowledge visible in the landscapes. Together, the cultural heritage of the diaspora of African people and their ancestral knowledge of agricultural technologies with the domestication of plant species, water and soil management, contributed to biocultural diversity. In this universe of cooperation and coexistence, that feeds these landscapes, other agents such as plants, monkeys, birds, among other existences, that produce stories and landscapes of survival on the margins of plantations and thought monocultures have joined.

Keywords: *landscape, biodiversity, traditional communities, diversity biocultural.*

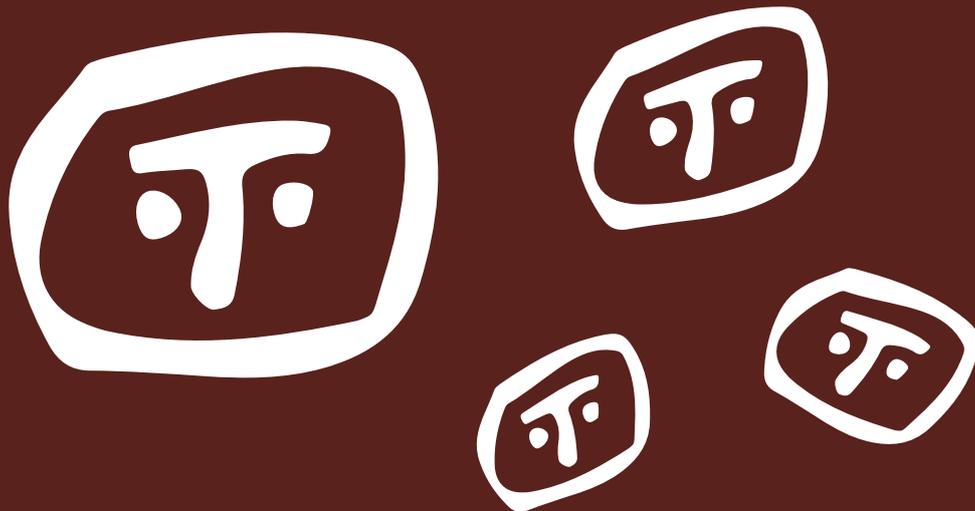






Foto: Erivan de Jesus Santos Junior



Introdução

Em fins do ano de 2019, iniciamos uma pesquisa na região denominada Baixo Sul, segundo a categorização territorial implementada pelo governo da Bahia desde 1995. Nesta época, o Estado foi dividido em 27 Territórios de Identidade,¹ dentre os quais encontra-se o Baixo Sul, que compreende 15 municípios.² Nosso trabalho focou as cidades e vilarejos litorâneos e ribeirinhos, sobre os quais vamos discorrer e apresentar ao longo deste artigo. A pesquisa buscava conhecer a diversidade de agentes e relações que se formavam para o agenciamento das paisagens. Um de nós é um pesquisador habitante do Baixo Sul e estudante de arquitetura, e foi o responsável pela construção do inventário, trazendo um olhar revestido pela memória, pelas relações de parentesco e pela ancestralidade. No contexto da pandemia da covid-19, a partir de 2020, o caminho encontrado para a construção do inventário foi pelo acesso às memórias e pela reconstituição de rotas ancestrais, que nos levaram a histórias de paisagens entrelaçadas aos muitos agentes que, ao longo de anos, coabitam esses territórios.

Propomo-nos a relatar a experiência sobre a construção e as descobertas desse inventário – realizado, em grande parte, no contexto da referida pandemia e com as limitações que esse momento nos impôs, redirecionando as metodologias inicialmente estabelecidas. Os desejos de percorrer o território, estabelecer permanências, conhecer cada uma das localidades, das pessoas e suas histórias, foram interrompidos por esse momento em que o isolamento e o distanciamento social se fizeram imprescindíveis. Diante disso, nos vimos compelidos a abrir novos caminhos e novas estratégias de abordagem em um campo de pesquisa que seria vislumbrado por dois pesquisadores a partir de diferentes lentes. De um lado, para um de nós, o Baixo Sul era um espaço de enraizamento, onde tudo era profundamente natural e conhecido; de outro, para a outra de nós, era um campo desconhecido, a quem era necessário apresentar e descortinar para compartilharmos trocas, saberes, experiências e, em muitos momentos, desnaturalizar conceitos, práticas e teorias postas como “chaves universais” para olhar o mundo e suas paisagens.

Para nos acompanhar na imersão pelo Baixo Sul, abordamos a paisagem sob a perspectiva proposta pela antropóloga Anna Tsing (2019): para a autora, a paisagem não é um agente passivo incapaz de agir ou reagir aos agenciamentos. Tsing (2019) propõe trabalharmos com paisagens ativas, ou seja,

1 A prática de categorização territorial teria sido iniciada pelo Governo do Estado da Bahia em 1995, a partir da divisão do estado em microrregiões, entre as quais se inclui o território do Baixo Sul. As divisões territoriais assumem novas nuances estratégicas a partir da utilização de demarcações espaciais, como essas, que extrapolam os limites político-administrativos de cada município, com vistas a políticas públicas. Nesse sentido, em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2010) passa a adotar esse modelo e propõe a utilização da territorialização por regiões como estratégia de planejamento para o desenvolvimento rural. Os critérios utilizados para definir estes territórios seriam: características culturais, sociais, econômicas e agrícolas, entre outras, mas principalmente o sentimento de pertença ao local capaz de aglutinar os habitantes numa mesma identidade territorial (BAIXO SUL, 2018, p. 16).

2 Jaguaripe, Aratuípe, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Taperoá, Cairú, Valença, Ibirapitanga, Gandu, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Wenceslau Guimarães, Teolândia e Presidente Tancredo Neves.

Fomos, então, em busca do inesperado que as paisagens, as histórias e as memórias poderiam nos oferecer em tempos pandêmicos. Criamos elos, paralelos e confrontamentos entre os conhecimentos institucionalizados e os saberes e as memórias locais. Os encontros e as descobertas gerados pelas narrativas orais, pelos animais, pelas plantas, pelos lugares sagrados, os afetos e os modos de fazer e de manejar paisagens nos ajudaram na reconstituição e na elaboração de narrativas que foram continuamente soterradas por um modo de pensar hegemônico – que desperdiça experiências e torna invisíveis autores e práticas (SANTOS, 2007).

As comunidades e os vilarejos quilombolas, as beiradas,³ os indígenas e os ribeirinhos espalhados nesse território de identidade, em contato com diferentes tipos de fitofisionomias florestais de mata atlântica, nos mostraram relações intrínsecas entre a ancestralidade desses grupos e o meio ambiente.

Vamos, portanto, dar visibilidade a essas paisagens e contar um pouco das histórias que a experiência deste inventário nos possibilitou.

Comunidades do Baixo Sul

O território de identidade do Baixo Sul está localizado ao sul da Baía de Todos os Santos, faz fronteira com o Recôncavo Baiano, ao norte, e, assim como este, possui uma vasta riqueza paisagística e cultural. A água é o elemento central de conexão entre as diferentes comunidades entrecortadas por rios e pela ação das marés. Os grupos habitantes das beiras de rios, estuários, barras e mares promoveram modos integrados de habitar nos quais as águas não são vistas como barreiras ou um elemento a ser domesticado, mas como agentes de vida, alimento, trocas e comunicação. Existe, nessas comunidades, uma ação de conhecimento e negociação com as águas que moldam modos de plantio, colheita, transporte, celebrações, trabalhos e muitas outras atividades, expressões e vivências.



Figura 1: Cais do povoado do Galeão em Cairú. Fonte: Santos Júnior (2019).

³ Como são chamadas as comunidades litorâneas pelos comuns do local. Os habitantes dessas comunidades são conhecidos como beradeiros.

O sul da Bahia é tido e descrito sempre como se fosse uma réplica tropical do paraíso terrestre: clima ameno, sistema fluvial ramificadíssimo e de fácil navegação, rios e praias abundantes de toda sorte de pescados e tartarugas, mangues coalhados de moluscos e crustáceos deliciosos, florestas forradas de madeiras de lei e árvores frutíferas e ervas medicinais de toda espécie, caça variada e abundante tanto de pena quanto de pelo (MOTT, 2010, p. 231).

Estudando as bacias hidrográficas a atenção recai sobre a terminologia dos nomes dos municípios, pois refletem a variedade de aquíferos existentes na região. São exemplos Igrapiúna que significa, em tupi, “pequeno rio de águas escuras”; Cairú (Figura 1), que quer dizer “rio do cais” também em tupi; Jaguaripe que significa “no rio da onça”; e Ituberá, cidade conhecida popularmente como Capital das Águas.

A comunicação por barcos é comum entre os vilarejos que se organizam por entre os rios e às margens do mar. O local onde assenta-se cada comunidade, em relação às águas confere aos moradores títulos como beiradeiros, ribeirinhos e roceiros.

Os beiradeiros habitam as beiradas das águas salobras ou salgadas, ou seja, as áreas de mangues, as restingas, os brejos e as lagunas costeiras. Vivem da pesca, mariscagem, artesanato ou atividades a serviço do turismo, cada vez mais recorrentes na região. Nas águas salobras onde se localizam os mangues, a abundância de formas de vida pode ser conferida pela toponímia de lugares como o rio Sirinhaém: nome de origem tupi,⁴ que significa prato de siris, receptáculo dos siris, a cova ou zona em que se reúnem, como em viveiro, os siris.

Os mangues são elementos expressivos nas cidades costeiras do Baixo Sul, bordeiam as beiradas dos rios Igrapiúna, Santarém, Orojo e da Serra. Os rios que desaguam na baía de Camamu conformam um rico estuarino-costeiro que alimenta através da pesca e da coleta de crustáceos as populações tradicionais locais. (ICMBIO, 2018).

Na mesma medida em que as águas, para comunidades de beiradenses e ribeirinhos, nutrem uma cadeia de relações que envolve atividades como o beber, o plantar e o cuidar, entre outras, temos uma gama de ações e vivências que a água alimenta e dá vida. As águas também possibilitam a comunicação entre todos esses assentamentos humanos. Os portos e atracadouros maiores estão localizados nos centros urbanos e administrativos dos municípios. Parte desses centros surgiram a partir de vilas coloniais originadas nos aldeamentos jesuítas de povos indígenas como os tupinambás, os tupiniquins, os aimorés, os guerém e os paiaíás (SKINNER, 2017; MOTT, 2010).

O antropólogo Luiz Mott, em seu livro *Bahia: inquisição e sociedade* (2010), traz informações sobre os aldeamentos indígenas da região litorânea do Baixo Sul que, durante séculos, no período colonial, fizeram parte da Comarca de Ilhéus. Mott (2010) fez um compilado de relatos de viajantes e naturalistas sobre os índios “acabocladados”, residentes em vilas e aldeamentos remanescentes da Comarca de Ilhéus (MOTT, 2010). Os relatos dão visibilidade ao processo de apagamento dos vestígios de sua existência e permanência nesse território, além das ações de genocídio a que foram submetidos e de desculturação promovido por séculos.

4 Descrição segundo o dicionário de Jorge Marcgrave, naturalista alemão, autor da obra *História Natural do Brasil*, publicada em 1942. A descrição sobre o significado de Sirinhaém consta no glossário de Comentários ao Livro VIII de Plínio Ayorsa (1942), disponível em http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aayorsa-1942-comentarios/Ayorsa_GlossarioMarcgrave_ed1942_OCR.pdf.

Os aldeamentos aglutinavam indígenas de etnias distintas. Dentre os aldeamentos identificados por Mott (2010), o aldeamento de São Fidelis do Uma,⁵ localizado na beira do Rio Uma, foi empreendido pelos missionários capuchinhos e era habitado pelos índios das etnias Aimoré e Tupinambá. A aldeia de Santarém, onde foi erigida a igreja matriz de Santo André, atualmente faz parte da cidade de Ituberá. Nesse aldeamento, os índios tinham etnias diferentes, “porque uns são Payayá, outros Tupi, ou Tabajara, que é o mesmo”. (CALDAS apud MOTT, 2010, p. 215). Por fim, dos aldeamentos relatados por Mott (2010) há o aldeamento da Vila de Nossa Senhora das Candeias de Barcelos, onde hoje se localiza o distrito de Barcelos do Sul, que faz parte do município de Camamu. No aldeamento jesuíta, estavam os índios das etnias tupiniquim, tupi e guerém (MOTT, 2010).

Nos relatos reunidos por Mott (2010) é possível pinçar descrições sobre a desenvoltura e o conhecimento que os indígenas possuíam sobre as águas, a navegação e a fabricação de embarcações. Mesmo entendendo que cada etnia possuía particularidades, é difícil trazer dados específicos, dada a escassez de informações. Porém é possível perceber que a relação com as florestas e as águas era uma constante. Os índios são descritos como exímios nadadores, bons remadores e “insignes fabricantes de grandes embarcações de um só pau, que no Brasil chamam de canoas, muito próprias para a navegação do interior dos rios.” (MONIZ BARRETO, 1794, p. 10 apud MOTT, 2010, p. 235). Há ainda um relato sobre os indígenas que habitavam as margens do Rio Uma, destacados como “peritos navegadores do caudaloso rio Mapendipe, pelo qual descem com incrível facilidade sobre monstruosos paus até a boca ou foz da divisão deste rio e do de Una” (MONIZ BARRETO, 1794, p. 10, apud MOTT, 2010, p. 235).

Acreditamos ser importante trazer essa memória relatada de práticas e de conhecimentos vinculados ao habitar com as águas, porque, apesar da história oficial narrar o desaparecimento indígena nessa região atestado pela ausência de reservas indígenas, Mott (2010) mostra, pelos relatos, que os indígenas foram sendo desculturados de suas práticas, absorvendo modos do colonizador, como os trajés, as línguas, os nomes e as práticas agrícolas.

Não obstante esse apagamento, ainda podem ser detectados práticas e saberes ancestrais transmitidos por séculos entre as comunidades que habitam o Baixo Sul. A distância e dificuldade de acesso de roceiros e beiradeiros aos centros urbanos promoveu, nos dois primeiros grupos, características culturais que os tornaram singulares em seus modos cotidianos. Embora “beiradeiros” ou “roceiros” designem, de forma generalizada, um modo específico de povoar, é importante destacar que cada povoamento possui formas particulares de lidar com o meio onde vivem. Há especialistas em produção de azeite de dendê, como os beiradeiros do Pau D’óleo em Igrapiúna; artesãos de barco, caso dos beiradeiros arquitetos do mar de Cajaíba do Sul em Camamu; e as artesãs da piaçava, quilombolas do povoado de Jatimane em Nilo Peçanha; entre outros em torno de lagoas, cachoeiras e pedras sagradas.

Todas as comunidades rurais, ribeirinhas, litorâneas e urbanas se encontram frequentemente nos portos das cidades e nas feiras livres. Numa vida tão conectada às águas, os atracadouros geralmente funcionam como polos de comunicação entre os centros urbanos e as comunidades tradicionais. As feiras livres são também pontos de encontro comum entre os distintos povoamentos existentes na região. É onde pescadores, agricultores, artesãos e produtores de farinha e azeite se encontram (Figura 2). É onde, também, as trocas acontecem, os mitos se espalham, os velhos tempos são recordados e novos laços são firmados. Elas são verdadeiras instituições de conhecimento e amizade (Figura 2). E os produtos que saem das roças e das beiradas são frutos de histórias de pessoas que conhecem trilhas, florestas, caminhos, rios, lendas e outras pessoas dentro deste território.

5 No local onde havia o aldeamento originou-se a cidade de Valença, integrante do Baixo Sul.



Figura 2: Produtores roceiros e beiradeiros na feira livre de Ituberá. Fonte: Santos Junior, 2019.

Enquanto nas comunidades rurais as casas de farinha, as hortas familiares, os artesãos, a criação de animais e os fogões à lenha fazem parte do cotidiano paisagístico, nos centros urbanos as lonas ou telas extensas complementam a paisagem (Figura 3), onde, em dias de sol, seca-se o cacau, cravo e guaraná, produção que passou a movimentar a economia da região a partir da década de 1950. As lonas de secagem ocorrem com mais frequência em Taperoá, Ituberá e Igrapiúna, aderindo à atmosfera dessas cidades cheiros bem característicos, produto desses hábitos que estão relacionados à economia local. Também relacionados à economia local, o cheiro de látex e de dendê, não tão agradáveis, advindo das indústrias de borracha e óleo, respectivamente, também se somam à atmosfera, motivo de insatisfação entre moradores.

Memória e ancestralidade

Seguindo os caminhos da escrevivência, proposta por Conceição Evaristo (2010), trouxemos o cotidiano, as memórias, as relações de parentesco e as experiências de vida de nosso pesquisador e habitante do Baixo Sul como recurso para desvelar as histórias coletivas.

O ato de desvendar as múltiplas relações existentes nestas paisagens, não seria possível nesse momento pandêmico sem as memórias. Revisitá-las e relacioná-las com outros dados disponíveis, eleva o som de práticas e compensam o silenciamento pelo qual as histórias dos povos submetidos a condições de apagamento de experiências e conhecimentos passaram. A memória revelou a origem das marcas que moldam as comunidades estudadas e proporcionou material para este inventário cultural. Contudo, o olhar naturalizado sobre o local pode fazer o pesquisador nativo perder detalhes que são chaves para a inventariação das práticas existentes e, por isso, uma segunda visão, desnaturalizada, pode apreender aquilo que de repente escapa aos olhos do outro.



Figura 3: Cravo secando na cidade de Ituberá em frente ao Aeroporto. Fonte: Santos Junior (2019).

Erivan Junior, um de nós que assina o artigo, passou 21 anos morando nas proximidades de rios e marés, vivendo entre as cidades de Camamu e Valença e nas vilas de operários da Plantações Michelin da Bahia (PMB), empresa agroindustrial de produção de látex. Essa vivência proporcionou experienciar diversas práticas realizadas pelos parentes inseridos em diferentes condições sociais, ambientais e de trabalho. Imerso em meio aos dizeres que ouvia das pessoas adultas, em conversas nas feiras livres e catadores de piaçava, cresceu nas proximidades do rio que, devido à topografia acidentada, forma a cachoeira da Pancada Grande, sagrada e balneável, onde são realizadas oferendas, limpezas e batizados espirituais.

Dos tempos que morou nas vilas⁶ da Michelin, mantém da vila de operários 03 a lembrança dos pesticidas e de outros produtos tóxicos sendo vaporizados por veículos pesados ou por pessoas, manualmente, sobre e entre as plantações de seringueiras. Recorda, ainda, das recomendações da mãe para ficar afastado daquelas partes cheias de veneno, como se ela não fosse ficar dias depois inserida nesses ambientes para fazer enxertos de mudas. Além disso, os rios, em épocas de chuva, eram outra preocupação, pois era sabido que o volume das cachoeiras aumentava e que, quando a chuva escorria, carregavam terra e tudo o mais que conseguiam arrastar até os vales onde correm afluentes, como o rio Mariana.

⁶ A empresa Michelin se instalou no Baixo Sul em 1983, após comprar as terras da CBB. No empreendimento, assim como das empresas agroindustriais anteriores, como Firestone, constam vilas de moradores (LIMA, 2011; LIMA, 2020). No entanto, em 2007, para a implantação do Projeto Ouro Verde da Bahia (POVB), a empresa vendeu 8 das 11 vilas de moradores, numa ação que prejudicou trabalhadores com perda de direitos trabalhistas e outros subsídios: “a Michelin dividiu 5.000 mil hectares da fazenda PMB em 12 médias propriedades (MPs) de 400 hectares e vendeu para 12 produtores independentes escolhidos entre técnicos e administradores da própria empresa, em uma transação com financiamentos de oito anos, intermediados pela empresa e subsidiados pelo Banco do Nordeste e do Brasil, com prazo de oito anos para o pagamento. Esses produtores em contrapartida ficaram comprometidos em seguir o roteiro técnico determinado pela empresa, dentre as quais a contratar todos os trabalhadores que seria demitidos pela PMB, no ato da transição das 12 MPs” (LIMA, 2011, p. 96).

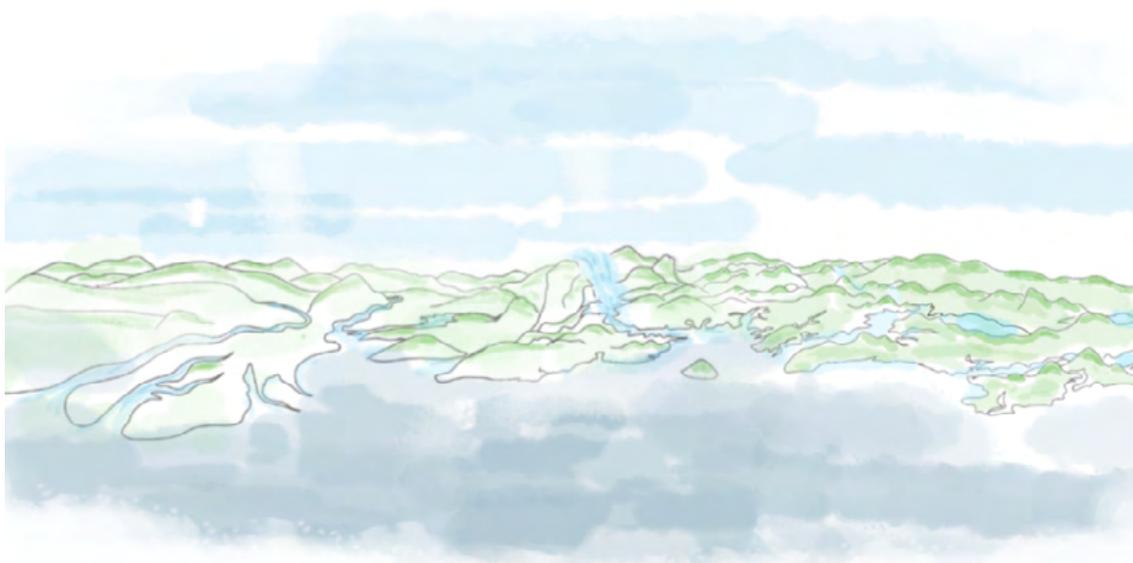


Figura 4: Representação mnêmica das paisagens do Baixo Sul. Fonte: elaboração Santos Junior (2020).

A Michelin e a Agro Industrial são as principais empresas que se beneficiam da produção do látex na região. Embora possuam propriedades, onde produzem parte do látex processado em suas fábricas, elas também compram de terceiros, aumentando ainda mais a produção (LIMA, 2011). A fábrica da Michelin, que faz o processamento desse material, está localizada em frente a vila de operários 04 e ao lado do rio Mariana. Chegando a operar 24h por dia, essas indústrias são responsáveis pela economia e por maior geração de empregos; e, também, pelos cheiros desconfortáveis de látex que assolam as comunidades dos municípios de Ituberá e Igrapiúna.

A vivência que naturalizava todas essas cenas cotidianas encontrou o desafio de ser confrontada a partir do olhar de dois pesquisadores portadores de lentes distintas sobre o território: o nativo e o não nativo. Para tornar a caminhada possível, os olhares precisaram de sincronia e escuta, assim, um apresenta o que geralmente vê enquanto o outro trás lentes distintas para proporcionar leituras conjuntas.

Sendo a memória o fio condutor, uma série de trabalhos visuais foram montados para facilitar esse processo de exposição das lembranças. Imagens fotográficas com destaque de cores nas paisagens, realçavam diversos tipos de cultivos e proporcionaram novos olhares e descobertas; cartografias situavam as comunidades que não constam em mapas oficiais e nos possibilitaram ler a estratégia por trás da escolha dos locais onde se assentaram; desenhos dos hábitos que não haviam sido registrados anteriormente em fotografias (Figura 4), mas fortuitamente presentes na mente, puderam expor um pouco de algumas manifestações culturais, tal como a Zabelinha do quilombo Laranjeiras, e as paisagens do quilombo Jatimane repletas de piaçaveiras. As montagens ajudaram a expor a pluralidade cultural existente na região.

Nesse processo, percebemos que o número de comunidades quilombolas na região é superior ao registrado pela Fundação Cultural Palmares. Diante disso, passamos a buscar informações sobre as comunidades tradicionais do Baixo Sul, sobretudo dos municípios litorâneos.

Este dado nos direcionou a pensar a região do Baixo Sul como um enorme território afro-indígena. Ao mapear as práticas, etimologias e espécies vegetais presentes em cada localidade e as possibilidades de conexão, tanto por via terrestre quanto por vias fluviais, percebemos um fluxo histórico e contínuo de comunicação pelas águas e relações de parentesco entre os habitantes de algumas comunidades distintas. O acesso às memórias familiares reforçou nossas suposições e nos direcionou à busca por reconstituição da ancestralidade afro-indígena deste território, sendo a paisagem o vestígio das trocas, das interações e dos agenciamentos em diferentes tempos históricos.

Nos relatos de Dona Magnólia, avó de nosso pesquisador, ela nos conta que aprendeu a sua função de catadora de piaçava observando o trabalho das pessoas adultas, que também eram marisqueiras e/ou agricultoras em pequenas vilas e fazendas. Sua família tradicionalmente ocupava o povoado do Macocoá, uma pequena vila de agricultores e marisqueiros próximo do quilombo Jatimane. Nas lembranças de Dona Magnólia sua avó vivia nas matas deste povoado e era uma pessoa “arisca”, mas que conhecia profundamente a mata. Assim como a avó, outros familiares aprenderam os caminhos labirínticos de manguezais que conectam o centro de Ituberá com o povoado de Macacoá, observando o caminho feito pelos mais velhos.

Das informações trazidas por Dona Magnólia, entendemos um pouco dos fluxos e deslocamentos, maioritariamente pelas águas, em canoas, ou por terra, com o auxílio de animais para transportar o que fosse preciso para as cidades ou delas para o povoado. Surgem, então, lembranças dos burros armados de panacum levando, para as estradas ou para as proximidades das marés, bananas, cacau, farinha e aipim, entre outros produtos, após caminhadas dentro das densas florestas de mata atlântica, destinados ao centro para comércio.

As lembranças reafirmavam histórias que as paisagens, a partir dos mapeamentos e da revisão da literatura começavam a nos contar, os modos ancestrais, as formas de manejo, os deslocamentos, os assentamentos humanos e as espécies vegetais estavam relacionados e pareciam ter uma anterioridade superior a décadas atrás. Aos poucos, o olhar naturalizado foi redescobrimo o próprio território e percebendo as entrelinhas dos espaços vividos.

Os processos de aquilombamentos (NASCIMENTO, 1980) são percebidos ao longo de todo o território. Quilombos que, devido às condições geográficas da região, conseguiram manter-se quase isolados. No Baixo Sul ainda encontramos povoamentos, estrategicamente afastados das centralidades, atracadouros e cais, onde continuam pouco conhecidos pelos moradores dos municípios onde se encontram. Se é difícil para essas populações se deslocarem ao centro urbano, devido à baixa disposição de veículos em bom estado, o movimento contrário é ainda mais complicado.

Nas vilas da Michelin, assim como nessas comunidades, quando os moradores não possuem veículos, dependem da disponibilidade dos transportes coletivos que passam poucas vezes ao dia. Esse isolamento local resultou em práticas de resiliência, onde as comunidades e vilas aperfeiçoaram os hábitos para a melhorar a subsistência e a autonomia, necessárias em decorrência da dificuldade de acesso às centralidades urbanas.

Histórias de paisagens ativas

Nas histórias das paisagens do Baixo Sul temos uma diversidade de personagens como indígenas, povos afrodiáspóricos, europeus, juparás (*Potos flavus*), urubus (*Coragyps atratus brasiliensis*), dendês (*Elaeis guineensis*), mandiocas (*Manihot esculenta*), marés, sejam elas

cheias e vazantes, ventos e mais uma infinidade de outros personagens que produziram relações multiespécies, de modo consciente, ou não, para chegarmos às paisagens que temos hoje.

Os vestígios da interação entre as diferentes agências entre si e com o espaço estão presentes nessas paisagens. O geógrafo Rogério Oliveira (2007) utiliza o conceito de paleoterritórios para se referir a sucessão de vestígios das atividades humanas empreendidas nos territórios em diferentes momentos históricos e que se mesclam aos processos bióticos e abióticos produzindo novas ambiências.

O paleoterritório constitui, portanto, a etapa antrópica dos processos bióticos e abióticos que condicionam o processo da regeneração das florestas, onde a cultura das populações tradicionais desempenha papel determinante. [...] Com o passar do tempo, estes paleoterritórios se sobrepõem, formando uma realidade única, prenhe de efeitos sinérgicos (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

A sinergia é um ponto importante para pensarmos todas as contribuições que os encontros produziram nas transformações das paisagens e promoveram a vida. Tsing (2019) aponta a colaboração entre espécies como fundamental para fazer a terra habitável. “Somos seres dentro de teias ecológicas e não fora delas. Paisagens multiespécies são necessárias para sermos humanos” (TSING, 2019, p. 94)

As paisagens são assembleias trabalhando em *coordenações dentro de uma dinâmica histórica*. Mas acabo de apresentar mais dois termos-chave para o projeto de pensar habitabilidade como simbiose: coordenação e história. Por história, refiro-me aos rastros e sinais de *humanos e não humanos, a como estes criam paisagens*. Uma das formas de se observar o que antropólogos e biólogos podem fazer juntos é *assistir paisagens se criando por meio de rastros e sinais humanos e não humanos*. Coordenação é uma lente para observar *organismos interagirem uns com os outros*. Simbiose – assim como competição, predação e outras relações interespecíficas – requer coordenação. *Prestar atenção às temporalidades das paisagens* permite-nos observar sua dinâmica intersticial (TSING, 2019, p. 94, grifo nosso).

Os modos de ocupar e transformar o território, ao longo do tempo, não só pelas comunidades tradicionais como também por processos geológicos e biológicos, são fundamentais para entender e desvelar, através das paisagens, a história, no Baixo Sul, de apagamentos, silenciamentos e epistemicídios (SANTOS, 2007).

Segundo os relatos históricos, durante o período colonial a região do Baixo Sul se consagrou como área de produção de farinha de mandioca com uso do trabalho de pessoas escravizadas (SILVA, 2013; MOTT, 2010; GUIMARÃES, 2019; WATKINS, 2020). A produção tinha como foco o abastecimento interno do país, na medida em que era um território de solos com baixa fertilidade, não aptos à produção das culturas para exportação no período colonial.

Para além de uma produção que tinha objetivos comerciais internos, ainda que sem a mesma expressão dos produtos destinados à exportação, havia ainda uma produção voltada à subsistência de trabalhadores escravizados, forma de trabalho predominante na região. Segundo Watkins (2020) a produção excedente daqueles bens que serviam à subsistência, em um primeiro momento, possibilitou aos trabalhadores acessar ao mercado de alimentos vendidos nas feiras locais, que ainda hoje, como já relatamos, perduram como espaços fundamentais de troca e sociabilidades.

Nessa produção para a subsistência, os povos afrodiaspóricos imprimiram importante contribuição nas paisagens das Américas, segundo a geógrafa Judith Carney (2004). Na medida em que havia a dispersão de espécies vegetais africanas, possibilitada pelos movimentos transatlânticos dos navios negreiros, os povos afrodiásporicos cultivavam as espécies africanas que aqui aportavam. Segundo Carney (2004), houve um esforço dos povos escravizados em cultivar, seja nas áreas destinadas ao plantio de alimentos para sobrevivência dos escravizados nas fazendas coloniais, nas hortas caseiras, ou mesmo nas plantações empreendidas nos quilombos, as espécies que chegavam através dos navios negreiros e que eram portadoras da herança cultural africana capaz de assegurar “subsistência, sobrevivência, rituais, resistência e memória nos ambientes tropicais e subtropicais de seus confinamentos” (CARNEY, 2004, p. 29).

Enquanto os donos das fazendas coloniais não detectavam potencial comercial nas plantas domésticas cultivadas pelos escravizados, essas plantas seguiam cultivadas e produziam o que Carney (2004) chamou de “universo paralelo de troca de produtos agrícolas”(CARNEY, 2004, p. 43-44), possibilitado pelo “direito ao cultivo de pequenas plantações domésticas, à troca de plantas com outros escravos e, possivelmente, aos contatos mantidos com marinheiros africanos e cozinheiros a bordo de navios negreiros incumbidos do transporte de sementes.”(CARNEY, 2004, p. 43-44).

De acordo com Carney (2004), a domesticação de plantas e a adaptação de gêneros asiáticos ao sistema alimentar africano era uma herança cultural dos povos afrodiaspóricos, na qual “mesmo antes do tráfico de escravos pelo Atlântico, já tinham desenvolvido três centros originais de domesticação de plantas.” (CARNEY, 2004, p. 43) Sendo os povos africanos chegados ao Brasil detentores dessa herança cultural agrícola encontraram nos trópicos americanos condições de aplicar sabedorias no cuidado com a terra e técnicas de manejo que puderam garantir a sobrevivência frente a condições desumanas de exploração.

A produção de gêneros para a subsistência e de excedentes que pudessem ser comercializados nas feiras foi uma realidade na região do Baixo Sul, ao ponto de promover a formação de um campesinato adaptado à produção agrícola em pequenos lotes de terra. Seguindo os caminhos trilhados pelos primeiros povos africanos que aqui chegaram e que, a partir do acesso à herança de tecnologias agrícolas ancestrais de domesticação e manejo dos solos e das águas, criaram condições de sobrevivência física, cultural e espiritual, a continuidade dessas práticas aliada aos conhecimentos de povos originários produziu modelos agrícolas adaptados a condições postas: criar ambientes extremamente biodiversos em pequenas porções de terra.

Como exemplo da dimensão dessas propriedades, Silva (2013), em pesquisa realizada na comunidade quilombola de Lagoa Santa, no município de Ituberá, informa que 83% das propriedades locais têm dimensões que variam de 1 a 19,5 hectares. Essas propriedades, de certo modo, funcionam como registros de uma organização fundiária que se estabeleceu durante o período colonial e persiste enquanto forma de ocupação, produção agrícola e relações de parentesco.

Diante de propriedades tão pequenas desenvolveu-se o modelo agrícola de “plantar misturado” ou “roça de quase tudo”, termos usados por Guimarães (2019) em seu estudo sobre o quilombo de Empata Viagem, localizado no município de Camamu, também pertencente ao território de identidade Baixo Sul. O modelo agrícola presente em muitas das pequenas propriedades comuns no Baixo Sul é “um artifício importante que garante a manutenção da produtividade da terra, o enriquecimento da fauna e da flora, ganhos nas condições de habitabilidade do ambiente, bem como uma adaptação às condições ecológicas locais.” (GUIMARÃES, 2019, p. 197).

Nos pequenos terrenos e roças dos moradores e pequenos produtores há diversidade de espécies cultivadas, replicadas e distribuídas. Nos levantamentos realizados em Igrapiúna,



Figura 5: Quintal biodiverso de D. Zinha na cidade de Igrapiúna Fonte: Santos Junior (2020).

encontramos casos em que um único quintal, por exemplo, conta com mais de 51 espécies diferentes, sendo 32 alimentares e as demais plantas medicinais, sagradas e ornamentais. O quintal da moradora Zinha, em Igrapiúna (Figura 5), é formado por pequenas culturas que surgem utilizando-se dos meses, Das luas e do tempo, para que as plantas vinguem com saúde.

A participação humana de comunidades historicamente marginalizadas no agenciamento de paisagens envolveu uma dinâmica de relações multiespécies (TSING, 2015) onde o manejo e associação de uma variedade de espécies, nativas e não nativas, criou paisagens de biodiversidade impressas na memória da terra, em contraposição às paisagens de monoculturas empreendidas pelos sistemas hegemônicos historicamente detentores das maiores parcelas de terras.

Seja no plantio de mandioca que seguiu a imposição do colonizador ou na cultura do cacau que passou a ser implantada a partir das décadas de 1960-1970 na região, o modelo de plantio consorciado, seguindo sistemas agroflorestais com diferentes estratos esteve presente na conformação das paisagens e recebeu contribuições de tecnologias agrícolas ancestrais dos povos afrodiáspóricos e originários (WATKINS, 2020; GUIMARÃES, 2019). “A agricultura tradicional de mandioca na Bahia é análoga ao cultivo de inhame na África Ocidental. Os primeiros visitantes portugueses do Brasil, familiarizados apenas com o alimento africano, confundiram a mandioca com o inhame.” (WATKINS, 2020, p. 173). Para Watkins (2020) enquanto os europeus exigiam o cultivo de mandioca, povos africanos eram detentores de uma herança ancestral no cultivo de tubérculos, mais especificamente o inhame (*Dioscorea spp.*), e os indígenas, por sua vez, dominavam as técnicas de cultivo e processamento da mandioca para elaboração de farinha.

Nesse encontro entre africanos e indígenas, outros dois personagens precisam ser acionados na história de agenciamento dessas paisagens: o dendê e o urubu. Incorporadas ao sul da Bahia, as palmeiras de dendê (*Elaeis guineenses*), de origem africana, desempenharam papel importante para a sobrevivência e a alimentação dos povos africanos e seus descendentes. As palmeiras de dendê ofereciam “sabonetes, xampus, unguentos e vinhos, além de colmo para telhados e ilumi-



Figura 6: Comunidade do Pau D'óleo às margens do rio Igrapiúna com suas palmeiras de dendê, barcos e pequenas habitações. Fonte: Santos Junior (2020).

nação em candeeiros alimentados por óleo” (WATKINS, 2020, p. 166). Foram, portanto, incorporadas à paisagem e à cultura, demarcando a presença e a contribuição africana nos processos de domesticação de espécies vegetais e de agenciamento paisagístico, enquanto o azeite de dendê é marca importante da herança alimentar promovida pelos povos africanos no Brasil.

Além dos humanos, os urubus (*Coragyps atratus brasiliensis*) também contribuíram para a presença e dispersão da palmeira africana na costa brasileira. Através da propagação das sementes, os urubus “operavam em uma paisagem humanizada que promoveu aumentos na população de aves, que por sua vez teriam ampliado os candidatos a vetores das sementes, acelerando a expansão do dendezeiro” (WATKINS, 2020, p. 171).

As palmeiras de dendê encontraram condições propícias próximas aos manguezais do Baixo Sul, espaço de águas salobras e solo salino. Não ficaram restritas às margens d'água, e adentraram pelos campos de restinga, onde encontraram disponibilidade de sol e uma complexa e rica rede hídrica que corta as baixadas do Baixo Sul. Além disso, como os dendezeiros conseguem conviver bem com outras plantas, foi possível serem associados com outras espécies, como em África onde “os dendezeiros africanos se dispersaram [...], compartilhando espaço com vários cultivares, incluindo banana, taro, arroz e variedades de feijão” (WATKINS, 2020, p. 157).

Na comunidade de Pau D'óleo (nome em referência a árvore de copaíba) todos os moradores possuem dendezeiros em seus quintais (Figura 6). O beneficiamento do dendê segue uma rede comunitária onde alguns cortam e colhem o dendê e outros produzem o azeite no rodão (engenho manual de produção deste produto). Todos se comunicam na produção do azeite, que é vendido ou compartilhado internamente, e comercializado para fora também. O povoado engloba as fazendas de Pai André, Ponta e Ancurau que possuem pouco mais de 10 famílias cada. .

A baixa fertilidade do solo no Baixo Sul ajudou a manter a região isolada das variações e fluxos econômicos durante os primeiros séculos da colonização, contudo, a entrada do cultivo



Figura 7: Cacau-cabruca às margens do rio Igrapiúna em Igrapiúna. Fonte: Santos Junior (2020)

do cacau, a partir dos anos 1960-1970, contou com estímulos técnicos de órgãos federais para incremento da produção da monocultura do cacau (Guimarães, 2019, p. 199). Apesar dos estímulos à monocultura, este não foi o único modelo praticado no Baixo Sul. Poderíamos supor que a adoção de outras práticas de plantio, diferente da estimulada pelos órgãos governamentais e instituições que atuam na área, tem relação com a histórica organização fundiária de pequenos lotes, que marcam historicamente o Baixo Sul. Sendo uma região ocupada majoritariamente por descendentes de africanos e indígenas, estes precisaram criar, nessas pequenas porções de terra em que habitavam, condições para abastecer as necessidades alimentares das famílias e gerar excedentes para venda e, conseqüentemente, gerar renda. Nesse sentido, o modelo chamado cacau-cabruca se adequou bem às pequenas propriedades rurais onde o cacau podia ser produzido junto com todas as outras espécies já plantadas misturadas.

O ato de brocar as matas para o plantio do cacau por anos a fio, associado a fatores culturais, gerou um modelo de produção agrícola (cacau-cabruca) refinado, muito avançado para a época. Sua prática evoluiu a ponto de se tornar um sistema agrossilvicultural de produção que apresenta vantagens agroambientais sustentáveis quando comparado a outros sistemas agrícolas de produção (LOBÃO, 2007, p. 7).

O modelo de cacau cabruca é mais uma camada incorporada à paisagem do Baixo Sul, podendo ser percebido nas matas de municípios como Igrapiúna, por exemplo, e até mesmo nos centros urbanos (Figura 7). Entre as benefícios desse modelo estão: a permanência de florestas densas de árvores altas, a continuidade de práticas biodiversas, a economia para subsistência, o microclima viabilizado e a conservação da serrapilheira (pilha de matéria orgânica conseqüente da queda dos galhos, folhas e frutos no solo da floresta, garantindo um solo sempre rico em nutrientes) e do banco de plântulas (sementes adormecidas por entre a serrapilheira aguardando a queda de alguma árvore ou qualquer outra possibilidade de clarão solar para germinarem em novas árvores).

Assim como o dendê contou com a reconhecida participação do urubu (*Coragyps atratus brasiliensis*) para sua consolidação nas paisagens do Baixo Sul, o cacau teve a participação ativa do macaco jupará (*Potos flavus*) importante dispersor de sementes de cacau (Guimarães, 2019). O Jupará contribuiu no agenciamento de paisagens, atuando em conjunto e cooperação com outras espécies, como “também os animais que “furtam” as roças, comem os frutos e disseminam as sementes longe dos limites das propriedades” (Guimarães, 2019, p. 203).

Durante cinco séculos desde a entrada dos colonizadores europeus, esse território, aqui denominado de Baixo Sul, acolheu a chegada de novos agentes que, através das interações estabelecidas entre si, com o meio e com todos aqueles que já habitavam essas paragens, deixaram marcas de suas ações biológicas e culturais. A mobilização de sabedorias ancestrais para sobreviver, resistir ou mesmo se adaptar às condições biofísicas, sociais, culturais e econômicas que se impunham, especialmente para aquelas comunidades em que o modelo plantations não era uma opção, está expressa nas paisagens ativas do Baixo Sul.

Modelos hegemônicos e o apagamento de práticas

Em contraste com os fragmentos de mata atlântica e suas florestas ombrófilas, manguezais, brejos e restingas, as matas de cacau cabruca e os quintais e pequenas propriedades das “roças de quase tudo” estão as extensas terras de cultivo da monocultura de seringueiras (*Hevea brasiliensis*). Atualmente, a extração do latex movimenta a economia da região e desvela novos agentes na história dessas paisagens. A introdução de seringueiras teve início na década de 1950, juntamente com a entrada da empresa Odebrecht. A empresa introduziu as seringueiras na fazenda Três Pancadas, porém o empreendido após poucos anos foi para a empresa estadunidense fabricante de pneus Firestone que se instalou na região e consolidou a monocultura da seringueira⁷ numa área de dez mil hectares. (SILVA, 2013; LIMA, 2011; LIMA, 2020) O modelo de produção foi posteriormente replicado em larga escala por fazendeiros locais:

O Governo [brasileiro] permitia e respaldava a Firestone nesse projeto, dando autonomia para desmatar, contratar mão-de-obra, construir vilas de moradores com equipamentos urbanos e promover, a seu modo, as ações sociais. Na década de 1970 o próprio Governo procurou ampliar o processo, estendendo os financiamentos para os pequenos agricultores desmatarem e plantarem entre duas e cinco hectares de seringueiras na região do Baixo Sul da Bahia. Apesar de todo esforço, em 1982 a Firestone desistiu do projeto e vendeu a fazenda para CBB, que por sua vez vendeu para a Michelin em 1983 (LIMA, 2011, p. 65, grifo nosso).

As técnicas de plantio e de manejo das paisagens promovidas pelas comunidades tradicionais que garantiam a continuidade de um ambiente diverso social, cultural e ecologicamente têm sido desestimuladas para favorecer ao modelo de plantio da monocultura, ou mais recentemente SAF's que priorizam a produção de seringueiras. Há, assim, a substituição do conhecimento

⁷ Segundo Lima (2020), a chegada da empresa de extração de borracha está relacionada à atuação de Norberto Odebrecht, empresário responsável pela fundação da empresa brasileira que leva seu sobrenome. Na década de 1950, Norberto iniciou a exploração dos recursos naturais do Baixo Sul através da implantação de uma ampla variedade de atividades, tais como geração de energia elétrica da Cachoeira Pancada Grande e um porto na cidade de Ituberá, entre outros negócios com o apoio do Estado. Atraiu para a região do Baixo Sul grandes empresas de exploração de recursos naturais, como “a Standard Oil (Esso), que instalaria o terminal de combustível – em Gravatá, na Baía de Maraú, perto de Ituberá – para distribuir derivados de petróleo; as Indústrias Reunidas Matarazzo, que plantaria dendezeiros para fazer óleo; e a Companhia Firestone, que plantaria seringueiras para fazer pneus” (LIMA, 2020, p. 159-160).

ancestral pelo conhecimento fornecido pelo modelo de progresso e modernidade imposto pelo poder hegemônico. Isso significa dar lugar à utilização de agrotóxicos, pesticidas e outros produtos nocivos para a saúde e para o meio ambiente, em busca de impulsionar a produção e estar de acordo com os roteiros pré-definidos para abastecer as fazendas que pagam pela produção nas propriedades familiares e arrendadas.

não se trata de escolher, simplesmente, porque não há muito espaço para escolhas no mundo das commodities — que também é o mundo da revolução verde — no qual, indígenas e descendentes de escravizados, ao fim e ao cabo, estão imersos em decorrência das pressões do grande capital, presentes, inclusive, nos programas das instituições ou agências governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento voltados a Agricultura Familiar. No campo das políticas públicas, fala-se muito em nome da “Agricultura Familiar”, mas, de facto, quase sempre beneficia-se o agronegócio, sobretudo de exportação (GUIMARÃES, 2019, p. 207).

Os mecanismos criados para a dominação e o controle das populações locais envolve a expulsão violenta das comunidades e a privatização das terras, mudanças no regime de organização do trabalho e venda da produção,⁸ ações educacionais promovidas pelas empresas com os jovens das comunidades tradicionais onde novos saberes são instituídos, numa clara reedição de um processo colonizador que promove o epistemicídio (SANTOS, 2007) em que “conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas (...) desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis” (SANTOS, 2007, p. 5) e o que se aplica enquanto modos de dominação exemplifica a forma de colonização que Santos (2007) chama de apropriação e violência que:

envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana (...). No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade (SANTOS, 2007, p. 9).

Fazendas como a Michelin, “construíram-se a partir de grilagens de terras onde viviam famílias e comunidades negras” (SILVA, 2013, p. 41). Para permanecer nas terras e acessar incentivos e financiamentos passam a adotar novos modelos de produção que abasteçam as necessidades do agronegócio. Projetos educacionais e ações sociais promovidos pelas fazendas de agronegócios se encarregam de gerar mudanças epistemológicas, além de garantir o marketing que alimenta o capitalismo verde.

O arquiteto paisagista Weller, responsável pelo Atlas do Antropoceno (2017), alerta que a venda de espaços naturais como “provedores de serviços globais” reforça as relações de poder desigual, a responsabilidade socioeconômica dos grupos conservacionistas que atuam reproduzindo racismo ambiental e a expulsão de minorias indígenas justificadas por ONGs como práticas conservacionistas e ambientalistas. Questão também reforçada por Gudynas (2019), em sua análise sobre a América Latina, em que expõe que as práticas da “nova” ciência da conservação não questionam o capitalismo, pelo contrário, propõem a aliança entre conservacionistas e corporações como estratégia para melhorar a vida humana.

⁸ Lima (2020) cita os modelos de atuação empreendidos pela Odebrecht no Baixo Sul, porém é possível entender esses *modos operandi* a outras empresas que atuam no Baixo Sul, como a Plantações Michelin, por exemplo, como citado no modelo adotado pela empresa para implantar o Projeto Ouro Verde da Bahia (POVB).

Conclusão

A pandemia da covid-19 estabeleceu limitações para a imersão no Baixo Sul, exigindo-nos outro modo de inventariar as paisagens, diferente do que havíamos planejado inicialmente. No entanto, ao acessar às memórias de nosso pesquisador nativo, sua rede de parentesco, e ao mobilizar a ancestralidade de moradores de alguns pequenos assentamentos do Baixo Sul, pudemos trazer as narrativas orais para esse inventário. Essas histórias guiaram a busca e a seleção das literaturas com as quais iríamos fazer as amarrações, os cruzamentos e confrontar informações. Deparamo-nos, desse modo, com uma diversidade de histórias, práticas e conhecimentos fazedores de paisagens diversas, biológica e culturalmente.

A região do Baixo-Sul demonstra que a “heterogeneidade histórico-estrutural” (SANTOS, 2019, p. 214) não foi erradicada dos domínios da colonialidade. A biodiversidade que temos hoje e que nos coloca como uma das regiões mais biodiversas do planeta, pode ser resultado do agenciamento de paisagens realizados por múltiplas agências, das quais as de humanos são apenas parte delas. A memória biocultural de comunidades tradicionais precisa ser valorizada para que não sigamos nos desperdícios de experiências.

Referências

- AYROSA, P. M. da S. “Comentários sobre o livro VIII e Glossário”. In: MARCGRAVE, George; PISO, Wilhelm. **História Natural do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Tradução de José Procópio de Magalhães, sem números nas páginas, 1942 [1648]
- BAIXO SUL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Baixo Sul da BAHIA**. Salvador: AACAF/CEPLAC/SASOP/IDC/UNEB/ Fase, 2018.
- CARNEY, J. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, S. Paulo, p. 25-47, 2004.
- EVARISTO, C. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. In: DUARTE, Constância L. (org.). **Escritoras mineiras: poesia, ficção, memória**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 11-17, 2010.
- GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- GUIMARÃES, E. Quilombolas, japoneses e o “macaco” Jupará em roças de quase tudo no Sul da Bahia, Brasil. **Revista Impactum**, 2019.
- ICMBIO. **Atlas dos manguezais do Brasil**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.
- LIMA, A. Origens históricas da Organização Odebrecht: retrato da apropriação privada da natureza no Baixo Sul da Bahia-Brasil. **Revista del CESLA**, vol. 25, pp. 151-174, 2020.
- LIMA, Paulo Henrique Silveira. **O circuito espacial da produção de seringueira: A tecnologia e a Michelin como principal agente do circuito**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

- LOBÃO, D. É. V. P. **Agroecossistema cacauero da Bahia**: Cacau-cabruca e fragmentos florestais na conservação de espécies arbóreas. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias e Veterinárias) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2007
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Baixo Sul**: Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território. Brasília, 2010.
- MOTT, L. **Bahia: inquisição e sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo**: documento de uma militância panafricanista. Petrópolis: 1980.
- OLIVEIRA, Rogério R. de. Mata atlântica, paleoterritórios e história ambiental. **Revista & sociedade**, v. 10, n. 2, p. 11-23, 2007.
- SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.
- SILVA, E. R. da. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa**: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra. 2013. Tese (Doutorado em Memória Social) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: 2013.
- SKINNER, P. P. D. **Além do Mar**. Pesca e Pessoa no Povoado de Moreré – Cairú/BA. Salvador, 2017.
- TSING, A. L. **The mushroom at the end of the world**. New Jersey: Princeton University, 2015.
- TSING, A. L. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB/Mil Folhas, 2019.
- WATKINS, C. Palmeiras africanas em solos brasileiros: transformação socioecológica e a construção de uma paisagem afro-brasileira. **Revista História Ambiental Latinoamericana y Caribeña**, v.10, n.1, p. 150-193, 2020.
- WELLER, R. J. Atlas for the End? In: WELLER, R.; HOCH, C.; HUANG, C. (ed.). **Atlas for the End of the World**. S. I.: University of Pennsylvania, 2017.